



Rodrigo de Assis Fernandes

9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 20:

Ensino De Sociologia Em Regiões Interiorizadas: Recontextualizações Curriculares E Experiências Docentes

Desafios e Perspectivas Sobre a Institucionalização da Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)

São Paulo/SP
2025



DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOPs)

Rodrigo de Assis Fernandes ¹

RESUMO

A pesquisa investiga os desafios da institucionalização da Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), identificando as influências do colonialismo em suas estruturas educacionais e destacando a trajetória educacional traçada pelas Ciências Sociais, que é diretamente influenciada por esse contexto histórico delicado (MAMDANI, 1993; HOUNTONDI, 2009; MENESES 2016; CARDOSO, 2017). O trabalho justifica-se pelo entendimento de que o campo dos estudos Sociológicos é importante para o desenvolvimento de toda sociedade, principalmente nas políticas educacionais, como afirma Durkheim (2011), perpassando pelas questões tangíveis ao ensino de Sociologia na educação básica no Brasil e nos países luso-africanos. A pesquisa faz-se relevante ao destacar as dificuldades estruturais, políticas e epistemológicas que impedem a consolidação desse campo do saber nessas nações, assim como propõe caminhos para superá-las. O trabalho adota uma abordagem qualitativa, com análise documental e revisão bibliográfica histórica, socioeconômica e sociológica. Examina a precariedade das infraestruturas educacionais, a escassez de docentes qualificados, a falta de materiais didáticos adequados e a descontinuidade das políticas públicas como barreiras à institucionalização da Sociologia. Conclui-se que a emergência de uma epistemologia centrada nas experiências locais, assim como a cooperação internacional, especialmente com o Brasil, pode contribuir para superar esses desafios.

Palavras-chave: Sociologia, PALOPs, Institucionalização, Cooperação Internacional, Educação Decolonial

¹ Bacharel em Ciências Sociais (ICS/UERJ), Mestrando em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ), Estagiário Bolsista do Programa de Incentivo à Docência na Graduação (PRODOCÊNCIA/ UERJ) e Componente do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro de Ensino de Sociologia (NEABES/UERJ).
Contato: driguhaf@hotmail.com



INTRODUÇÃO

A Sociologia, enquanto campo de estudo científico e acadêmico, assim como campo de ensino, pode ser entendida como uma ferramenta de análise fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas de qualquer sociedade. Especialmente aquelas que possuem complexidades históricas e contemporâneas que fazem com que a Sociologia seja indispensável na contextualização e interpretação de suas diversas experiências, principalmente, no campo educacional (DURKHEIM, 2011).

Nesse sentido, a história dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e a história do Brasil se cruzam por serem marcadas por um processo colonial violento que, ao longo de séculos, deixou profundas cicatrizes em suas estruturas políticas, econômicas e sociais, proporcionando um terreno fértil para o desenvolvimento do campo de conhecimento crítico capaz de se debruçar sobre essas questões e produzir conhecimento científico (NASCIMENTO, 2016). O grupo PALOP foi criado em 1979, após o processo de descolonização da África lusófona. O grupo também compõe a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma organização intergovernamental que inclui, além dos PALOPs, o Brasil, Portugal e o Timor-Leste, cuja finalidade é a cooperação política, econômica e cultural entre os países.

No entanto, a institucionalização da Sociologia nos PALOPs ainda enfrenta uma série de desafios que refletem as especificidades dos países lusófonos africanos. No caso do Brasil, apesar dos consideráveis desafios, o campo da Sociologia está mais estabelecido e, dada a magnitude do país, pode certamente contribuir para fortalecer o Ensino da Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

O presente trabalho parte da seguinte pergunta: Quais são os desafios para consolidação do campo da Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa? A partir deste questionamento, a pesquisa buscará identificar os obstáculos que têm dificultado a institucionalização da Sociologia nesses países e impedindo-a de se consolidar como uma área de conhecimento relevante, considerando as questões estruturais, democráticas e financeiras que marcam esse processo. A pesquisa é justificada pela importância do campo de estudos sociológicos para o desenvolvimento de uma sociedade e, principalmente, na política de educação como afirma Durkheim (2011). Sendo assim para consolidação da Sociologia nos



PALOPs é crucial para o desenvolvimento de uma ciência social que reflita as realidades e especificidades desses países, a fim de que o contexto e as experiências africanas não sejam explicadas e desenvolvidas a partir das epistemologias do Norte Global (SANTOS & MENESES; 2009) e o conhecimento sobre a África não seja reprodutor de estereótipos e perspectivas eurocêntricas que desconsideram as vozes e contextos locais (HOUNTONDJI, 2008). Compreender os desafios que impedem a institucionalização dessa disciplina pode contribuir para a criação de estratégias que promovam o fortalecimento da área, tanto em nível universitário quanto escolar. Além disso, o estudo visa fomentar a cooperação entre os PALOPs e com outras nações lusófonas, em especial o Brasil, na busca por soluções para os desafios comuns.

O objetivo geral do trabalho é identificar as dificuldades enfrentadas pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) na consolidação da Sociologia como área do conhecimento relevante. Outros objetivos específicos da pesquisa são: (1) identificar as principais dificuldades estruturais e institucionais que afetam a consolidação da Sociologia nos PALOPs; (2) verificar o lugar da Sociologia no campo educacional (3) examinar o papel das parcerias internacionais, especialmente entre países que possuem uma língua em comum e um histórico semelhante quanto a herança colonialista, como o Brasil, na promoção da Sociologia nos PALOPs e (4) contribuir para a robustez do corpo teórico do tema proposto.

As hipóteses que precedem esta pesquisa são: a falta de investimento estatal e a precária infraestrutura universitária podem ser os principais entraves para a consolidação da Sociologia nos PALOPs, assim como a escassez de produções acadêmicas e pesquisas científicas locais; a cooperação acadêmica internacional, especialmente com o Brasil, pode desempenhar um papel significativo na superação dos obstáculos a serem superados pelos países luso-africanos na institucionalização da Sociologia; e a diversidade social e cultural dos PALOPs apresenta tanto desafios quanto oportunidades para a construção de uma Sociologia adaptada às realidades locais.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando-se de duas principais estratégias metodológicas: a revisão bibliográfica (históricas, socioeconômicas e *sociológicas*) e a análise documental de entrevistas produzidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros de Ensino de Sociologia (NEABES/UERJ). A partir dessa metodologia foi realizada uma revisão das principais obras e artigos que tratam da institucionalização da Sociologia nos PALOPs, bem como de estudos que abordam a cooperação acadêmica internacional e as dinâmicas educacionais em contextos africanos. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, com o objetivo de identificar padrões, temas e categorias que



ajudem a identificar os principais desafios e possíveis soluções para a consolidação da Sociologia nos PALOPs (CRESWELL, 2010).

O presente estudo identificou que a institucionalização da Sociologia nos PALOPs ainda enfrenta uma série de desafios que refletem as especificidades dos países lusófonos africanos. No caso do Brasil, apesar dos consideráveis desafios, o campo da Sociologia está mais estabelecido e, dada a magnitude do país, pode certamente contribuir para fortalecer o Ensino e a Pesquisa no campo Sociológico nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) como será discutido ao longo do trabalho.

A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO SECUNDÁRIO: A TRAJETÓRIA BRASILEIRA E DOS PALOPS.

A Sociologia enquanto disciplina do Ensino Secundário no Brasil enfrentou (e ainda enfrenta) diversos momentos de dificuldade que colocam a prova sua estabilidade nos currículos. Durante sua trajetória de implementação, houve fases de avanços e retrocessos, e essa dinâmica permanece até os dias de hoje (MARTINS, 1994; MORAES, 2011; CIGALES, 2014). Assim como no Brasil, o ensino de Sociologia como disciplina no Ensino Secundário na África Lusófona também converge com as múltiplas dificuldades de implementação justificadas por todo o contexto histórico pós-colonial, político e social de independência e democratização. De forma geral, o desenvolvimento da disciplina de Sociologia nos PALOPs caminha ao lado do desenvolvimento da educação como um todo, então a inclusão e a trajetória da Sociologia variam entre os países de acordo com suas especificações particulares (MORAIS, 2016; SIGA & ROWER, 2017; MNENDE & ROWER, 2019).

De antemão, é importante salientar que a Sociologia como disciplina do ensino secundário é fundamental para a formação crítica dos estudantes e ajuda a compreender as dinâmicas sociais de forma mais profunda, já que, de acordo com Giddens (2001):

A Sociologia debruça-se sobre as nossas vidas e o nosso próprio comportamento, e estudar-nos a nós próprios é a mais difícil e complexa tarefa que podemos empreender. A imaginação sociológica permite-nos ver que muitos dos fenómenos, que parecem dizer respeito apenas ao indivíduo, na verdade, refletem questões mais amplas (GIDDENS, 2001, p. 4-6).



Em diálogo com a afirmação acima, Durkheim (2011), em sua obra “Educação e Sociologia”, aponta que as contribuições do ensino de Sociologia perpassam pelos aspectos morais que a vida em Sociedade pressupõe através das tradições e instituições definem como norma para vida do indivíduo. O autor atribui a Sociologia o papel de reflexão e pensamento crítico dos aspectos morais, tradicionais e institucionais utilizando a ciência como recurso essencial para analisá-los.

O ensino de Sociologia pode auxiliar o indivíduo na compreensão da consciência pública, que não podemos viver como gostaríamos, mas submetidos às normas sociais, nesse sentido a Sociologia pode ser perturbadora e mostrar a incerteza da Sociedade que o indivíduo está inserido (DURKHEIM, 2011, P.115).

O autor relaciona a organização dos sistemas de ensino ao processo de vida em sociedade, tendo a escola a função de conduzir os estudantes para aprender a respeitar as normas sociais, como descreve Durkheim (2011):

[...] a Sociologia, ciência das instituições sociais, ajude-nos a compreender o que são (ou a conjuntura o que deve ser) as instituições pedagógicas. Quanto melhor conhecermos a sociedade, melhor perceberemos tudo o que passa no microcosmo social que a escola é (p.117).

Nesse sentido, buscarei traçar um paralelo entre o ensino da disciplina de Sociologia no ensino secundário no Brasil e nos PALOPs, a fim de salientar suas características em comum e identificar os desafios encontrados pela disciplina para obtenção de maior institucionalização no ensino secundário no Brasil e nos países luso-africanos.

A trajetória da sociologia no ensino secundário brasileiro

A primeira experiência da Sociologia sendo contemplada como disciplina obrigatória no currículo do ensino secundário brasileiro ocorreu em 1925, durante o governo de Artur Bernardes. Após a Reforma Rocha Vaz a Sociologia é implantada no 6º ano do curso secundário aos interessados em obter o título de bacharel em Ciências e Letras. Sendo dispensados a partir do 5º ano aos alunos que desejavam prestar vestibular de ingresso aos cursos superiores. (CIGALES, 2014, p. 55).

O tempo entre os anos 1920 e 1930 pode ser considerado como um período fundamental para a institucionalização da Sociologia no Brasil. A Introdução



da cadeira de sociologia nas escolas normais de Pernambuco (1928), Rio de Janeiro (1928), São Paulo (1933) foram marcos de extrema importância naquele cenário (CIGALES, 2014, p. 56). Silva (2010) considera a Reforma Rocha Vaz, ocorrida no ano de 1925, como o início do período evidente de institucionalização e sistematização da ciência da sociedade de forma autônoma em relação às outras disciplinas, sendo o marco deste processo a implementação da disciplina de forma regular no principal educandário das elites brasileiras, o Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX e parte do século XX. (SILVA, 2010; FREITAS & FRANÇA, 2016, p.43)

Posteriormente, no ano de 1942, foi promovida durante o Estado Novo de Getúlio Vargas a Reforma Copanema, que seria responsável por retirar a disciplina de sociologia dos currículos de forma obrigatória. Cigales (2014) aponta que “as reformas de Capanema são importantes para entendermos o processo de (des) continuidade em que a sociologia como disciplina escolar passa a ter nos currículos educacionais” (2014, p.56). Após a manobra autoritária da Reforma Copanema, que tinha como objetivo centralizar e controlar a educação, a Sociologia permaneceu fora dos currículos por quase duas décadas.

Durante os anos 1960, com o aumento exponencial das universidades e do movimento estudantil, houve uma grande reivindicação popular por parte dos movimentos sociais e intelectuais para que a disciplina de Sociologia voltasse a ser contemplada nos currículos. Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/61 (BRASIL, 1961) permitiu que as escolas incluíssem a Sociologia como disciplina facultativa no curso colegial, mas ela não retornou de forma ampla e obrigatória ao currículo.

Durante o regime militar (1964-1985), a Sociologia foi novamente marginalizada, já que a ditadura indicava que as escolas deveriam priorizar o ensino técnico e a formação profissionalizante. A Sociologia, Filosofia e as Ciências Humanas de maneira geral foram retiradas do Ensino Secundário. A instauração da Ditadura Militar trouxe mudanças significativas não somente para a vida política e social do país, mas também para a organização do sistema educacional. O ensino de Sociologia foi eliminado da educação básica pelo Regime Militar, por meio do Decreto Lei n. 869 de 1968. Essas disciplinas foram substituídas por Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (FREITAS & FRANÇA, 2016, p. 45).

Com a reabertura da política brasileira e o processo de redemocratização, novamente houve um crescente no movimento que reivindicava o retorno da Sociologia no currículo escolar. Mas somente em 1982 a Lei nº 7.044/82 (BRASIL, 1982) veio revogar a profissionalização compulsória que marcava o segundo grau desde a Lei nº 5.692/71 (Idem, 1971) editada pelos governos militares. Assim a disciplina voltou a ser facultativa em



algumas redes estaduais de ensino, como em São Paulo, devido às políticas educacionais progressistas do Estado. Contudo, a luta pela sua obrigatoriedade ainda enfrentava desafios, sobretudo pelo enfoque tecnicista do ensino público (MARTINS, 1994; MORAES, 2003).

No Colégio Pedro II, as Ciências Sociais sempre foram contempladas pelo projeto pedagógico da instituição através da presença do Departamento de Sociologia nos dois últimos anos do Ensino Fundamental. A partir de 1995, com o fim das disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, a instituição iniciou a construção de uma disciplina escolar com o objetivo de “discutir aspectos da sociedade e da participação política dos cidadãos na realidade brasileira” (FERREIRA et al, 2010). Essa presença foi ampliada no ano de 2007, quando a disciplina passou a ser ofertada nos três últimos anos do curso e posteriormente cumprindo com a determinação da lei 11.684/2008.

Em escala nacional, a Sociologia só retornou aos currículos da educação básica com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que no artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, estabelece que: “ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. No entanto, a legislação não garante integralmente a obrigatoriedade da Sociologia no currículo nacional, então a disciplina continuou a ser ofertada como disciplina optativa, a depender da vontade das redes de ensino.

O avanço mais sólido da Sociologia como disciplina do ensino básico aconteceu em 2008 no dia 2 de junho, após intensa pressão de sociólogos, educadores e movimentos sociais, foi sancionada a Lei nº 11.684, que tornou obrigatória a inclusão da Sociologia e Filosofia no ensino médio em todo o Brasil, encerrando assim, mais de um século de reformas, leis, pareceres e debates sobre a importância de seu ensino na escola brasileira (CIGALES, 2014, p. 58). Essa inclusão representou uma vitória de extrema importância para todas as pessoas que estiveram investidas nos movimentos em prol do retorno da Sociologia na educação básica visando garantir uma formação cidadã e crítica, em consonância com os princípios democráticos da Constituição Federal de 1988.

Com a reforma do Ensino Médio, proposta em 2017, a obrigatoriedade da Sociologia foi flexibilizada, com a possibilidade de sua substituição ou integração com outras áreas de conhecimento. A reforma efervesceu o debate entre professores e sociólogos que veem a disciplina de Sociologia ser ameaçada novamente e começam a temer que todo o avanço conquistado em torno das práticas de ensino, com a construção de um repertório significativo de experiências, recursos e livros didáticos que facilitam a transposição dos conteúdos de uma linguagem acadêmica para o estudante do ensino médio, pode sofrer uma interrupção que



influenciará a estabilidade e a afirmação necessárias ao desenvolvimento da disciplina (HANDFAS, 2017; FERREIRA et al, 2023).

Portanto, ao realizarmos essa breve recuperação dos fatos históricos que precederam o status da disciplina de Sociologia no Brasil hoje, percebemos que a trajetória da disciplina no Ensino Secundário brasileiro é reflexo de todas as transformações e instabilidades políticas e sociais do país. Ao longo dos últimos 100 anos, a Sociologia enfrentou e ainda enfrenta momentos de perseguição, marginalização, exclusão, retomada e afirmação. A luta pela permanência da Sociologia no currículo escolar está ligada à defesa de uma educação emancipadora, que valoriza o pensamento crítico, a compreensão das complexas relações sociais no mundo e seja capaz de promover a conscientização (FREIRE, 1970). Como aponta bell hooks, “o primeiro ato de conscientização que possibilita a educação como prática de liberdade é nos dar conta do poder que temos como sujeitos, como agentes de mudança. No momento em que educamos para a consciência crítica, rompemos com o conformismo” (HOOKS, 1994, p. 36).

A oferta da disciplina de sociologia nos palops

Em Angola, no período pós-independência houve uma tentativa do governo angolano de reconstruir o sistema educacional do país. No entanto, o longo conflito armado dificultou a consolidação da educação em geral. Somente nas últimas décadas, após o fim da guerra civil, em 2002, a disciplina de Sociologia começou a ser encontrada de forma mais abrangente no ensino secundário, especialmente nas grandes cidades como Luanda. Após a sua exclusão do sistema educacional entre 1975 e 1992, a Sociologia foi reintroduzida no ensino superior e, gradualmente, no ensino secundário sendo oferecida como optativa. A falta de materiais didáticos específicos e o reduzido número de licenciados em Sociologia são problemas que dificultam a expansão da disciplina no país. Em 2015, formaram-se apenas 13 licenciados em Sociologia em todo o país (SIGA & ROWER, 2017)

Em Moçambique, assim como em Angola, a reconstrução de um sistema educacional eficiente foi uma prioridade durante os primeiros anos de pós-guerra, mas ainda é atravessado por questões como a falta de infraestrutura e a qualificação de professores. Infelizmente, a disciplina de Sociologia não é oferecida nas escolas do país. Em Cabo-Verde, uma das menores populações em África e com uma economia baseada principalmente na agricultura, o sistema educacional está em constante desenvolvimento e o país é conhecido por ter um dos melhores índices de alfabetização e escolaridade da região. A Sociologia no país é ofertada



como disciplina optativa no 12º ano para alunos da área de Humanidades (MNENDE & ROWER, 2019).

Em São Tomé e Príncipe, a Sociologia foi introduzida de forma gradual no sistema educacional. A disciplina de Sociologia no país é ofertada nos três últimos anos do ensino secundário, na área de Ciências Sociais e Humanas (MNENDE & ROWER, 2019).

Na Guiné-Bissau, a disciplina de Sociologia no ensino secundário ainda enfrenta desafios significativos devido à falta de recursos e à infraestrutura educacional limitada. A disciplina Sociologia foi introduzida no currículo do ensino médio a partir da reforma educacional de 2010, sendo lecionada no 12º ano – equivalente ao terceiro e último ano do Ensino Médio brasileiro) (MNENDE & ROWER, 2019).

Dentre todos os desafios que competem à disciplina de Sociologia superar para se firmar como um campo de conhecimento relevante no ensino secundário dos PALOPs, dois deles busco aqui destacar como, talvez, os mais urgentes: a escassez de materiais didáticos compatíveis com as realidades locais de cada país, ou até mesmo do continente africano; e a carência de docentes qualificados para ministrar as aulas da disciplina de Sociologia.

A escassez de materiais didáticos

No que se trata da falta de materiais didáticos específicos, os livros estrangeiros que são utilizados nas aulas de Sociologia não compreendem ou dialogam com a realidade, as especificidades ou as urgências desses países. Siga e Rower (2017) apontam que a utilização de livros estrangeiros (majoritariamente europeus) "reforça a dependência epistemológica e perpetua uma educação colonizada" (SIGA & ROWER, 2017). Essa dependência condiciona uma limitação no desenvolvimento do ensino de Sociologia a partir de uma perspectiva local e contextualizada. Ou seja, apesar da disciplina possuir um potencial de transformação, conscientização e emancipação vital na vida e na formação educacional e cidadã dos alunos, ainda assim esta se encontra submetida aos moldes e discursos provenientes dos materiais didáticos repletos de conteúdos eurocêntricos que pouco versam sobre a vivência e a realidade dos PALOPs.

Essa ausência de materiais didáticos próprios e dependência de manuais didáticos provenientes da Europa é reflexo daquilo que Mudimbe (1988) chama de “biblioteca colonial”, conceito de extrema valia para a compreensão do processo de construção do conhecimento em contextos pós-coloniais. O termo se refere ao grupo de discursos, saberes, narrativas e categorias que pretendem explicar a vivência africana a partir de lentes



epistemológicas europeias, construindo e reforçando empiricamente o padrão hegemônico ocidental. Segundo o filósofo congolês, a maioria dos trabalhos realizados sobre África refletem referenciais eurocêntricos, narrativas sobre o continente cujas raízes se desenvolveram durante o período colonial (MUDIMBE, 1988).

Portanto, pode-se entender que a utilização de manuais didáticos, conceitos e teorias que não abarcam a imensidão de diversidade e realidades africanas, os sistemas educacionais locais contribuem na manutenção da colonização epistêmica (MUDIMBE, 1988), que invisibiliza os saberes locais em detrimento da perpetuação da epistemologia ocidental. Para Mudimbe, a melhor forma de resolver essa questão seria a partir do processo de descolonização do conhecimento da criação de novas epistemologias que consigam desafiar a Biblioteca Colonial e ser capaz de promover a construção e o desenvolvimento de um pensamento próprio, a partir das condições locais.

A falta de profissionais do ensino de sociologia

Sobre a falta de docentes qualificados, Morais (2016) afirma que a Sociologia é uma disciplina frequentemente ministrada por profissionais sem a devida formação na área, o que prejudica a sua abordagem pedagógica. Em muitos casos, os docentes têm que improvisar com os poucos recursos que possuem, o que compromete a qualidade do ensino. Essas ocasiões acabam sendo responsáveis por dificultar com que a disciplina de Sociologia seja lecionada com a qualidade e a seriedade com a qual ela merece, porque mesmo que esteja presente no currículo, as condições às quais ela está sujeita compromete a sua abordagem didática e seu potencial emancipatório. Além disso, a falta de formação específica também é encontrada como um problema no desenvolvimento da disciplina, principalmente na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, onde a capacitação dos professores continua a ser um desafio (Mmende e Rower, 2019). Segundo Morais (2016), em Angola, por exemplo, muitos professores que lecionam Sociologia são improvisados, e não têm as habilidades pedagógicas e o conhecimento acadêmico necessários para desenvolver o pensamento crítico dos alunos.

A escassez de profissionais do campo da Sociologia para ministrarem aulas de disciplina também pode ser explicada pela Fuga de Cérebros. Muitos profissionais que possuem formação adequada na área e seriam qualificados para lecionar as aulas de sociologia no ensino secundário migram para países onde o campo da sociologia é mais consolidado, onde possuem mais oportunidades de alavancar a carreira e melhorar a qualidade de vida. Conforme destaca *de Haas* (2010), o fluxo de talentos qualificados de países em



desenvolvimento para países desenvolvidos perpetua desigualdades globais, pois os países mais pobres perdem suas mentes mais brilhantes, comprometendo seu desenvolvimento social e econômico.

Portanto, conclui-se que, embora a disciplina de Sociologia esteja presente em currículos do ensino secundários do PALOPs, mesmo sem integralidade e obrigatoriedade, a qualidade do ensino é suprimida pela falta de recursos. É essencial que o ensino de Sociologia seja priorizado na agenda de reivindicações de profissionais da área, a fim de fortalecer a difusão do conhecimento sociológico e estabelecer políticas públicas educacionais que garantam uma formação de qualidade aos docentes especificamente no campo da Sociologia, além de incentivar a produção de materiais didáticos produzidos por profissionais locais e que sejam capazes de compreender um conhecimento adequado às realidades dos PALOPs. Não obstante, a descolonização do conhecimento é primordial para que haja uma ruptura com a epistemologia eurocêntrica orientada pelas demandas do Norte Global e haja uma maior valorização de uma Sociologia local que reflita as especificidades culturais e sociais dos PALOPs (SANTOS & MENESES; 2009).

COOPERAÇÃO ACADÊMICA SUL-SUL: A SINERGIA NECESSÁRIA ENTRE O BRASIL E OS PALOPS

A Cooperação Sul-Sul é uma modalidade de cooperação técnica internacional que acontece entre os países do Sul Global considerados em estágio de desenvolvimento e que compartilham realidades e experiências semelhantes. É uma rede utilizada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas de atuação específicas. No Brasil, a estratégia da cooperação está centrada no fortalecimento institucional dos países parceiros, sendo essa a condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas. A Cooperação ocorre sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, pretendendo exclusivamente compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros (ABC, 2024). Nesse sentido, procuro analisar a importância da cooperação acadêmica internacional entre países do Sul Global, especialmente entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, para o fortalecimento do campo da Sociologia nos PALOPs (CARDOSO, 2017; MORAIS, 2018).

No contexto da Cooperação Sul-Sul, a parceria entre o Brasil e os PALOPs tem sido fundamental para o intercambiamento de métodos e técnicas que auxiliam desenvolvimento



de diversas áreas específicas, da agricultura ao investimento econômico, deixando uma janela aberta para que o campo de estudo da Sociologia possa também ser beneficiado pelas ferramentas de cooperação internacional através de programas educacionais, intercâmbios e colaborações científicas, desempenhando um papel fundamental no fortalecimento da Sociologia nos PALOPs (MORAIS, 2018).

Um exemplo de ação de cooperação internacional de extrema relevância entre os países lusófonos do Sul Global foi a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 17 de julho de 1996, em Lisboa, que é constituída por nove Estados-Membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). A CPLP tem como objetivo a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as suas formas e a promoção e defesa da Língua Portuguesa, através de um intenso diálogo cultural (SARAIVA, 2001; MEC, 2023; CPLP, 2024).

O elo linguístico

A cooperação internacional é particularmente significativa no contexto dos países lusófonos, onde a língua portuguesa atua como uma ferramenta de integração e facilita a construção de laços de solidariedade. O Brasil, como a maior economia de língua portuguesa, tem um papel estratégico na promoção dessa cooperação, especialmente com os PALOPs, cuja parceria com o Brasil é particularmente importante por compartilharem não apenas o idioma, mas também experiências históricas e culturais que aproximam suas agendas. Dessa forma, a integração linguística facilita a comunicação entre os diferentes países, permitindo a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos conjuntos em áreas como educação, saúde, cultura e pesquisa científica (ABC, 2024, CPLP, 2024).

A política pública de educação tem sido um dos principais focos da cooperação entre o Brasil e os PALOPs, e a língua portuguesa tem facilitado o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores entre esses países. Essa iniciativa representa um exemplo prático de como a língua comum pode fortalecer a cooperação acadêmica entre as nações lusófonas, especialmente no contexto da formação de recursos humanos qualificados (ABC, 2024, CPLP, 2024).

O compartilhamento de uma língua comum permite a criação de redes acadêmicas que conectam universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil nos países



lusófonos, contribuindo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa colaborativos e o fortalecimento da produção científica (VASCONCELOS, 2002; CPLP, 2024). O português não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas também um elemento central na construção de uma identidade cultural comum entre os países lusófonos. Essa identidade compartilhada é frequentemente reforçada por meio da literatura, da música, do cinema e de outras formas de expressão cultural que circulam entre os países da CPLP.

A literatura de língua portuguesa, por exemplo, tem sido um dos principais veículos de intercâmbio cultural entre o Brasil e os PALOPs. Autores como Mia Couto (Moçambique), Pepetela (Angola) e Germano Almeida (Cabo Verde) são amplamente lidos no Brasil, contribuindo para uma maior compreensão das realidades sociais, políticas e culturais dos países africanos lusófonos (SILVA, 2011, UMBELINO 2022). Não obstante, Mia Couto (1998) diz “conhecer o papel e o lugar da língua portuguesa na expressão dos sentimentos de um povo ex-colonizado, ao reinventar suas formas de expressão e adaptar sua gramática a diferentes sentimentos, estruturas mentais e consciência social” (COUTO, 1998, p. 262). De mesmo modo, a obra de autores brasileiros como Jorge Amado, Machado de Assis e Clarice Lispector é amplamente estudada nas universidades africanas, servindo como ponto de referência para a análise das relações culturais e históricas entre o Brasil e a África (SILVA, 2011, UMBELINO 2022).

Sendo assim, a língua portuguesa é um dos principais pilares da cooperação Sul-Sul entre o Brasil e os PALOPs, atuando como um veículo de integração acadêmica, cultural e política. O compartilhamento de uma língua comum facilita a comunicação entre os países lusófonos, permitindo a implementação de programas de cooperação que beneficiam tanto o Brasil quanto os países africanos. Além disso, a língua portuguesa contribui para a construção de uma identidade cultural comum, que reforça os laços de solidariedade entre os membros da CPLP.

Práticas de cooperação: para além da teoria

No que tange ao desenvolvimento da Sociologia no ensino secundário dos PALOPs, a cooperação acadêmica também é de extrema relevância. Embora em alguns países lusófonos africanos a disciplina ainda não tenha sido inserida no currículo escolar, o Brasil é capaz de compartilhar suas experiências e metodologias para facilitar essa implementação através de sua tradição robusta em pesquisa sociológica, com diversas universidades e centros de pesquisa reconhecidos internacionalmente, o que contribui significativamente para a formação



de docentes e pesquisadores nos PALOPs. A introdução da Sociologia nas escolas secundárias dos PALOPs pode ser vista como uma forma de promover uma educação crítica, que capacite os estudantes a refletirem além de suas próprias individualidades, mas refletirem sobre questões mais amplas (GIDDENS, 2001).

No Brasil, a principal instituição brasileira responsável por promover a cooperação acadêmica e científica entre o Brasil e os países lusófonos africanos atualmente é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Fundada em 2010, a UNILAB é uma instituição de ensino superior que oferece cursos de graduação e pós-graduação com foco na integração afro-brasileira, promovendo um ambiente multicultural que reflete a diversidade dos países lusófonos. A UNILAB tem se destacado como um espaço privilegiado para a formação de estudantes e profissionais dos PALOPs, oferecendo bolsas de estudo e programas de intercâmbio que facilitam a mobilidade acadêmica entre o Brasil e a África lusófona (UNILAB, 2024). Além disso, a universidade promove pesquisas conjuntas entre docentes e discentes dos PALOPs e do Brasil, abordando temas como a diáspora africana, desenvolvimento econômico e políticas públicas. Essa colaboração tem proporcionado aos estudantes e pesquisadores africanos acesso a recursos acadêmicos e oportunidades de formação que muitas vezes são escassas em seus países de origem.

No continente Africano, o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), é uma das instituições mais influentes na promoção das Ciências Sociais na África. Com sede em Dakar, Senegal, o conselho tem como principal missão estimular e apoiar a pesquisa nas Ciências Sociais em todo o continente africano. Ao longo das décadas, o CODESRIA tem desempenhado um papel crucial na capacitação de pesquisadores africanos, com especial ênfase na produção de conhecimento que desafie as narrativas eurocêntricas dominantes (CARDOSO, 2017)

No que tange à cooperação acadêmica Sul-Sul, o CODESRIA tem promovido ativamente a colaboração entre pesquisadores africanos e seus pares de outras regiões do Sul Global, incluindo o Brasil. Um exemplo concreto dessa cooperação é a série de programas de intercâmbio e publicações conjuntas que visam explorar questões comuns como o desenvolvimento econômico, políticas públicas e transformação social nos PALOPs e no Brasil. Ao promover conferências e workshops, o CODESRIA tem sido fundamental para conectar pesquisadores lusófonos africanos com a comunidade acadêmica brasileira, facilitando o intercâmbio de ideias e metodologias. Isso fortalece a produção acadêmica local, além de construir uma rede de intelectuais comprometidos com a transformação social nos contextos africano e brasileiro. (CODESRIA, 2015).



De volta ao Brasil, a cooperação acadêmica Sul-Sul ganhou um novo fôlego no ano de 2023 com programa "Caminhos Amefricanos", projeto conjunto do Ministério da Educação (MEC) com o Ministério de Igualdade Racial (MIR) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O programa oferece bolsas para estudantes e professores brasileiros realizarem intercâmbio de curta duração em países africanos, latino-americanos e caribenhos e tem como objetivo promover o fortalecimento de uma educação antirracista, a partir da troca de experiências, conhecimentos e políticas públicas em países do Sul Global, direcionado a docentes e estudantes negros e quilombolas de licenciatura. No primeiro ano, o programa contemplou países como Cabo Verde, Colômbia e Moçambique, oferecendo bolsas que cobrem custos com deslocamento, diárias, seguro saúde, emissão de passaporte e visto (BRASIL, 2024). Essa iniciativa proporciona aos participantes a oportunidade de vivenciar realidades educacionais diversas, enriquecendo sua formação acadêmica e promovendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e culturais dos PALOPs.

A cooperação acadêmica Sul-Sul entre os países da CPLP, especialmente entre o Brasil e os PALOPs tem sido fundamental para o fortalecimento de diversas áreas técnicas e acadêmicas de todos os países envolvidos nessa parceria. Os esforços para a intensificação dessa cooperação internacional se mostram extremamente válidos quando os resultados são a promoção da troca de conhecimentos, a formação de pesquisadores qualificados e o desenvolvimento de trabalhos conjuntos adaptados às realidades locais, clarificando que esta parceria possui grande potencial para contribuir significativamente para o avanço do pensamento sociológico em contextos africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a identificar os desafios impostos à institucionalização do campo da Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e reafirmar a centralidade da Sociologia como disciplina acadêmica, escolar e como ferramenta crítica para a compreensão das complexas realidades sociais, políticas e culturais dos (PALOPs). A pesquisa evidenciou que, embora a libertação da metrópole colonial tenha marcado uma nova etapa na história dessas nações, os desafios estruturais, políticos e epistemológicos herdados do passado colonial ainda afetam profundamente o desenvolvimento do ensino superior, em particular no campo das ciências sociais.

Os principais obstáculos identificados pela pesquisa foram: a escassez de investimento estatal no âmbito educacional, a falta de docentes qualificados e a escassez de materiais didáticos que reflitam as realidades locais. Esses fatores, somados à descontinuidade das



políticas públicas voltadas para a educação, têm dificultado a plena institucionalização da Sociologia nos PALOPs.

Neste contexto, a Cooperação Internacional Sul-Sul emerge como um caminho promissor para a superação desses desafios. As parcerias com outros países do Sul Global, especialmente com o Brasil, podem promover o intercâmbio de experiências e conhecimentos e contribuir para a formação de uma Sociologia mais autônoma e contextualizada. Dessa forma, é possível concluir que, para que a Sociologia nos PALOPs alcance sua plena institucionalização, será necessário um esforço coletivo que envolva não apenas políticas públicas nacionais, mas também uma cooperação internacional sólida, baseada em um intercâmbio acadêmico horizontal e na valorização das epistemologias africanas. O fortalecimento da Sociologia nestes países pode contribuir não apenas para a compreensão crítica de suas realidades sociais, mas também para a construção de uma educação mais inclusiva, emancipadora e comprometida com as especificidades de suas populações.



REFERÊNCIAS

ANGOLA. Assembleia Nacional. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda: Autor, 2001.

BRASIL. ABC – Agência Brasileira de Cooperação, Cooperação do Brasil para o Exterior (cooperação Sul-Sul – CSS. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cooperacao-do-brasil-para-o-exterior/cooperacao-do-brasil-para-o-exterior-cooperacao-sul-sul-css>. Acesso em 05 dez. 2024

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 05 dez. 2024

_____. Ministério da Educação, **Programa Caminhos Amefricanos 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-caminhos-amefricanos>. Acesso em: 27 dez. 2024

CABO VERDE. Ministério da Educação. **Lei de Base do Sistema Educativo**. Praia: Ministério da Educação, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Estudos do Ensino Secundário**. Praia: Ministério da Educação, 1996.

CHABAL, P.; VIDAL, N. (EDS.). **Angola: The weight of history**. Nova Iorque, NY, USA: Columbia University Press, 2007.

CIGALES, M.; ENGERROFF, A. M. B. “**Uma cartografia do capital social dos pioneiros da Sociologia no Brasil: um estudo sobre os manuais escolares**”. In: MAÇAIRA, J. P.; FRAGA, A. B. (Orgs.). **Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

COUTO, Mia. **Contos do nascer da Terra**. Lisboa: Editorial Caminho, 1998.

COSTA, L. M. **A Sociologia em Angola: posições e proposições**. Ngola Revista de Estudos Sociais, Luanda, v. 1, n. 1, 1997.

CRESWELL, John W. **Métodos Qualitativos**. In: Projeto de Pesquisa: metodologia qualitativa, quantitativo e misto. Artmed, Porto Alegre, 2013.





DELGADO, P. S. G.; MELO, M. M. R. **Reforma educacional em Cabo Verde e a internacionalização das políticas educacionais.** *Mediações Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 2, p. 26, 2016.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Trad. de Stephania Motousek. 5ª ed. Petrópolis, Jr: Vozes, 2014. (Coleção textos fundamentos de educação).

ELOUNDOU-ENYEGUE, P. M. **Issues in African Education: Sociological Perspectives.** New York: Palgrave Macmillan, 2005.

FERREIRA, W. et al. **A Reforma Do Ensino Médio E O Lugar Da Sociologia: Um Olhar Para O Rio De Janeiro.** Em: *Didática e Currículo* (Vol. 02). [s.l.]: Editora Realize, 2024.

GUINÉ-BISSAU. **Certificado do ensino secundário Liceu Nacional Samora Machel.** Bissau: Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto, 2010.

HOUNTONDJI, P. J. **Knowledge of Africa, Knowledge by Africans: Two Perspectives on African Studies.** *RCCS Annual Review*, 2008.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

KAJIBANGA, V. **Sociologia em Angola: paradigmas clássicos e tendências actuais.** *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda, n. 4, dez. 2009.

LEPECS (Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais/UERJ). **Seminário Internacional - Movimento Estudantil em Angola, Brasil e Moçambique.** YouTube, 27 de outubro de 2023. Acesso em 08 de novembro de 2023.

CPLP. **Língua, Cultura e Educação.** Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2604.aspx>. Acesso em: 4 jan. 2025.

MANUEL Adérito (org.), (2017) **Sociologia, Ensino e Prática em Angola: Itinerário e Propostas de uma Disciplina em Afirmação**, Beau Bassin, Novas Edições Académicas.

MENESES, M. P. **As ciências sociais no contexto do ensino superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização.** *Perspectiva*, v. 34, n. 2, p. 338–364, 2016.
25. MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos CEDES*, v. 31, n. 85, p. 359–382, 2011.

MORAES, A. C. **Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato.** *Tempo Socia*, v. 15, n. 1, 2003.



MORAIS, F. C. **Para um funcionamento da sociedade sociológica angolana: rumo a promoção e desenvolvimento da ciência.** In: PAIN, R. de S. (org.). **Sociologia e Educação. Múltiplos olhares do Ensino no Brasil e em Angola.** Boa Vista: Editora Ioles, 2023.

MORAIS, S. **Cooperação Educacional Brasil-Moçambique: Considerações sobre discursos de modernidade e distinção social.** *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 36, p. 87–111, 2018.

MUDIMBE, V. **The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge.** Bloomington: Indiana University Press, 1988.

UNILAB. **Portal Institucional** (SPA/DSI/DTI/UNILAB), S. Unilab – Institucional. Disponível em: <https://unilab.edu.br/institucional-2/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

PAIN, R. de S.; FERNANDES, R. de A. **Educação decolonial e o ensino da sociologia nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).** *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 29, p. 82–98, 2024.

PENNA FILHO, P. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 44, n. 1, p. 181–183, 2001.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Lei nº 2/2003, **Lei de Bases do Sistema Educativo.** Diário da República. São Tomé, 2003. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/SERIAL/95145/111918/F1094550940/STP95145.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, B. de S. **Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3–46, 2007a.

SIGA, F.; ROWER, J. E. **Ensino de Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Brasil: livros didáticos e descolonização epistêmica.** 2017.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas.** Coleção Explorando o Ensino. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

SILVA, T. C. E.; CASIMIRO, I. M. (EDS.). **A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa.** Oxford, England: African Books Collective, 2015.



SILVA, T. C. E.; COELHO, J. P. B.; DE SOUTO, A. N. **Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas.**

VITORINO LANGA, P.; LANGA, V. **Higher education in Portuguese speaking African countries.** African Minds, 2014.

ZELEZA, P. T. **The African academic diaspora in the United States and Africa: The challenges of productive engagement.** Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East, v. 24, n. 1, p. 261–277, 2004.